



# PREFEITURA MUNICIPAL DE GUANHÃES

CEP 39.740-000 - ESTADO DE MINAS GERAIS

APROVADO EM 1ª DISCUSSÃO  
por unanimidade  
Sessão 10/10/94  
Presidente

PROJETO DE LEI Nº 26/94

INSTITUI A TAXA DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA E DÁ  
OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A Câmara Municipal de Guanhães, Estado de Minas Gerais,  
aprova e eu Prefeito Municipal sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica instituída a Taxa de Iluminação Pública,  
que incidirá sobre o imóvel situado em logradouro servido de Ilumina-  
ção Pública, a ser aplicada a partir do exercício de 1995.

Art. 2º - A Taxa de Iluminação Pública também incidirá  
sobre o imóvel constituído por lote vago ou lote contendo edificações  
em construção ou já construídas, porém não consumidoras de energia elé-  
trica, situados em logradouros servidos de Iluminação Pública.

Parág. Único - O imóvel que se enquadrar neste artigo  
será taxado à razão de 1% (um por cento) ao mês, sobre o valor da ta-  
rifa de Iluminação Pública, vigente no mês de janeiro do ano a que se  
referir.

Art. 3º - Observando o disposto no Art. 1º desta Lei,  
cobrar-se-á a Taxa de Iluminação Pública, mensalmente, calculada sobre  
o valor da Tarifa de Iluminação Pública vigente, devendo ser adotado  
nos intervalos de classes indicados os percentuais correspondentes.

| CLASSES |    |     | PERCENTUAIS DA TARIFA |
|---------|----|-----|-----------------------|
| (KWH)   |    |     | DE IP                 |
| 0       | a  | 30  | 0,00                  |
| 31      | a  | 50  | 1,00                  |
| 51      | a  | 100 | 2,00                  |
| 101     | a  | 200 | 4,50                  |
| 201     | a  | 300 | 7,00                  |
| Acima   | de | 300 | 7,00                  |





# PREFEITURA MUNICIPAL DE GUANHÃES

CEP 39.740-000 - ESTADO DE MINAS GERAIS

Art. 4º - O produto da taxa constituirá receita, destinada prioritariamente a cobrir os dispêndios da Municipalidade, decorrentes do consumo de energia elétrica para iluminação pública, bem como para a melhoria e ampliação deste serviço.


Art. 5º - A arrecadação da Taxa, relativa ao Art. 1º desta Lei, será feita diretamente junto às contas particulares de consumo de energia, mediante Convênio a ser celebrado com a Companhia Energética de Minas Gerais - CEMIG, ficando neste caso, o Poder Executivo desde já autorizado a firmar o referido Convênio.

Art. 6º - Realizado o Convênio, a CEMIG contabilizará e recolherá, mensalmente, o produto da taxa à conta vinculada, em estabelecimento de crédito escolhido, de comum acordo, pela CEMIG e pela Prefeitura Municipal.

Parágrafo 1º - A CEMIG apresentará à Prefeitura, mensalmente, as faturas relativas ao fornecimento de energia elétrica acompanhadas de comprovante da arrecadação total da taxa de Iluminação Pública.

Parágrafo 2º - Quando o saldo desta conta corrente vinculada for insuficiente para cobrir o valor das faturas de fornecimento de energia elétrica, o Executivo Municipal deverá providenciar a liquidação do valor da diferença, de acordo com os prazos e condições constantes das respectivas faturas.

Parágrafo 3º - O "superavit" eventual, verificando entre o montante arrecadado da Taxa e o valor da fatura de Iluminação Pública poderá ser aplicado, pela CEMIG, para a quitação parcial ou total de outras faturas, relativas ao fornecimento de energia elétrica à Prefeitura Municipal e, ainda, havendo saldo, poderá ser destinado a custear obras de expansão e/ou melhoramentos do sistema de Iluminação Pública e de extensão de redes urbanas do Município, caso a Prefeitura autorize.







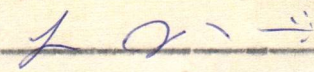
# PREFEITURA MUNICIPAL DE GUANHÃES

CEP 39.740-000 - ESTADO DE MINAS GERAIS

Art. 7º - A cobrança da Taxa, referente ao Art. 2º desta Lei, será feita diretamente pela Prefeitura Municipal, em conjunto com os impostos predial e territorial.

Art. 8º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Guanhanes, aos 05 de julho de 1994.

  
Geraldo José Pereira  
Prefeito Municipal

*comissão  
de fiscalização  
e controle  
de serviços públicos  
municipais*